

Os fatores críticos

MIGUEL MARTINS FEITOSA

Avalio a economia brasileira principalmente do ponto de vista de um grupo, o PNC International, que ampliou bastante suas atividades no País, contando atualmente com um banco de investimento, uma corretora, uma distribuidora e uma companhia de negócios e participações.

É a visão, portanto, de um grupo que investiu seus recursos, que pensa estrategicamente no longo prazo e cujo destino está ligado ao da economia do País. Por outro lado, o PNC Financial Corporation é atualmente um dos cem maiores bancos do Mundo em termos de ativos. Sua **exposure** no País é de cerca de US\$ 145 milhões, mas sua opinião sobre a economia brasileira tem muita repercussão junto aos bancos regionais americanos.

Antes de entrar no mérito de qual seja essa visão, é importante explicar como o PNC está organizada para analisar a situação econômica do País. Em Pittsburgh, Estados Unidos, na sede do banco, funciona a Divisão Econômica, com um **staff** de nove profissionais, que analisam cerca de 40 países, de um ponto de vista de **cross-border risk** (risco além-fronteiras). Para esse fim, o banco desenvolveu uma metodologia própria, que vem se aperfeiçoando nos últimos anos, em que classifica e avalia quantitativamente cerca de 14 indicadores econômicos e políticos, estabelecendo um **ranking** entre os países com os índices políticos e econômicos ponderados. A Divisão Econômica publica um relatório anual e quatro relatórios trimestrais sobre o País. No Brasil, o Departamento Econômico do Grupo PNC International, embora trabalhando coordenadamente com a Divisão Econômica em Pittsburgh, procura orientar o foco da análise macroeconômica para o exame do crescimento no longo prazo.

Em termos de longo prazo, o PNC está otimista quanto ao futuro do País. O crescimento econômico requer um aumento no **mix** da quantidade e qualidade dos fatores de produção empregados no processo produtivo. O País precisa principal-

mente de investimentos que possam alcançar essa finalidade, direcionados para explorar racionalmente seus recursos naturais, para modernizar a qualidade de seus recursos humanos através da educação, saúde, nutrição e treinamento profissional, e finalmente para renovar e ampliar o seu estoque de máquinas, equipamentos, construção e infraestrutura.

O fator crítico, portanto, reside no nível de investimento global, que se apresenta muito baixo em relação ao PIB. Aos níveis atuais, ao invés de cerca de US\$ 60 milhões, o volume de investimento deveria ser da ordem de US\$ 90 a US\$ 100 milhões, para que o País volte a ter um crescimento sustentado de 5 a 7% ao ano.

A curto e médio prazos, o PNC considera a elevada inflação e o grande déficit nominal do setor público como sendo os maiores problemas econômicos enfrentados pelo País. Reconhece, no entanto, as grandes dificuldades envolvidas na concepção, instrumentalização e implementação de uma política econômica que enfrente com firmeza a continuidade desses dois problemas, que na verdade estão inter-relacionados.

Nos últimos meses foram promovidas diversas reformas institucionais no setor público, que dão mais transparência ao processo de formação de déficit público e permitem que focos geradores sejam identificados e passíveis de serem controlados. O Governo definiu e criou instrumentos de implementação de políticas na área de comércio exterior, tecnologia e desenvolvimento industrial que terão importantes reflexos no crescimento econômico do País, orientando-o para uma postura mais competitiva e aberta ao comércio internacional. A nova Constituição do País, ao estabelecer limites e diretrizes para o setor público federal, dará uma significativa contribuição ao processo de enfatizar o papel do Governo nas áreas mais pertinentes do setor público, ou sejam, que envolvam o bem-estar e a segurança dos cidadãos.

De um modo geral, a economia

brasileira propôs-se a implementar dois grandes ajustamentos na sua economia, no setor externo e no setor público. O ajustamento externo tem sido um indiscutível êxito. Basta atentar-se para o saldo comercial deste ano, que ficará muito acima dos US\$ 12 bilhões previstos.

O recém-assinado acordo de renegociação da dívida com os bancos privados e a normalização do relacionamento com as entidades governamentais de países credores e agências multilaterais de crédito foram etapas importantes nesse processo.

No quadro interno, no entanto, o ajustamento doméstico da economia ainda enfrenta problemas, apesar do esforço feito pela equipe econômica do Governo. Parte deles deriva do próprio êxito do ajustamento externo, que provoca algumas pressões inflacionárias. O grande desafio, para o Governo, será o de controlar e diminuir o déficit do setor público, da maneira menos comprometedora possível para o crescimento econômico. As medidas aprovadas caminham nessa direção, tais como as de aumentar a receita fiscal, controlar seletivamente os investimentos públicos, cortar gastos operacionais, acelerar o programa de privatização e buscar maneiras não inflacionárias de financiar o déficit. Trata-se aqui de ponderar objetivos e **trade-offs** entre o curto e o longo prazos.

Finalmente, cabe assinalar que a PNC está atuante no processo de conversão da dívida, que julga ser uma das maneiras para o País diminuir seu endividamento e ao mesmo tempo aumentar seus investimentos. O Fundo de Conversão de Capital Estrangeiro — PNC Internacional está sendo oferecido no momento a bancos credores de diversos países, e estamos confiantes que dentro em breve completaremos o montante previsto de US\$ 75 milhões, a ser investido em ações das empresas produtivas do País, listadas nas Bolsas de Valores.

Miguel Martins Feitosa é Vice-Presidente Executivo do PNC International Bank e Presidente das empresas do grupo PNC no Brasil.